

A colonialidade do "problema da favela": ensaio sobre a cidade latino-americana

Frank Andrew Davies¹

Resumo: Partindo da favela como representação "problemática" da cidade latino-americana, cotejo neste ensaio reflexões acerca da colonialidade presente nas interpretações sociológicas sobre o tema. Ao analisar figurações em torno das territorialidades negras, retomo a noção de *quilombo* sob a perspectiva de sua *transmutação* aos dias de hoje. Indicando aspectos de continuidade que atualizam o passado colonial, são propostas articulações em torno de temas e problemas comumente dispersos nos tempos e espaços dos enquadramentos analíticos. Desse modo, este trabalho se envolve no debate a respeito dos saberes produzidos em torno das cidades do Sul Global, levando em conta as condições em que a raça é entremeada à experiência histórica de produção desses espaços. Por meio desse esforço, busco inspirar discussões e valorizar estudos que exploram as dimensões raciais que constituem essas cidades.

Palavras-chave: urbanismo subalterno; cidade latino-americana; relações raciais; estudos urbanos

The coloniality of the "favela problem": an essay on the Latin American city

Abstract: Based on the favela as a "problematic" representation of the Latin American city, in this essay I collate reflections on the coloniality present in sociological interpretations on the subject. By analyzing figurations around black territorialities, I return to the notion of *quilombo* from the perspective of its *transmutation* to the present day. Indicating aspects of continuity that update the colonial past, articulations around themes and problems commonly dispersed in the times and spaces of the analytical frameworks are proposed. Thereby, this work is engaged in the debate about the knowledge produced around the cities of the Global South, considering the conditions in which race is intertwined with the historical experience of production of these spaces. Through this effort, I seek to inspire discussions and value studies that explore the racial dimensions that constitute these cities.

Keywords: subaltern urbanism; Latin American city; race relations; urban studies

Recebido em: 31/08/2022

Aprovado em: 15/11/2022

¹ Professor do Programa Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Vila Velha. Doutor em Ciências Sociais e Pesquisador do CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: daviesfr@gmail.com.

"As correntezas são mais velhas do que esta velha montanha em que habitamos"

Cidinha da Silva, *Um exu em Nova York* (2020)

O título deste artigo faz referência ao texto "A continuidade do 'problema da favela'", escrito pelo sociólogo Luiz Antonio Machado da Silva e publicado em livros organizados em 2002 e 2016². De acordo com os argumentos do autor, a favela transcende seus atributos descritivos, figurando um sentido político próprio. Desde sua origem até a atualidade, a favela é entendida como um "problema" da cidade e, por causa ou consequência dessa representação problemática, tem sido administrada sob maneiras distintas ao restante da cidade, preservando desigualdades em plena ordem republicana.

Ao longo de mais de cinco décadas de uma sociologia das classes populares urbanas, Machado da Silva e sua geração de colegas consolidaram uma compreensão das favelas para além de apreensões estéticas e morais, levando a sério seu conteúdo simbólico e examinando os sentidos que os operam por meio de seus acionamentos. Em diálogo com a perspectiva do autor, discorro nas próximas páginas algumas reflexões acerca da favela como metonímia urbana da América Latina, cotejando um olhar crítico a respeito da colonialidade que envolve suas interpretações sociológicas. Ao sugerir outras "continuidades" ao "problema da favela", aponto que as teorias têm produzido limites ao conhecimento em torno das cidades da América Latina, ao insistir em tratar de questões locais por meio de paradigmas eurocêntricos. Desse modo, este trabalho se envolve no debate em torno dos saberes produzidos sobre as cidades do Sul Global, levando em conta as condições em que a dimensão racial se faz imbricada à experiência colonial.

Interessado em tomar a cidade latino-americana sob esses aspectos, esboço um ensaio a partir de notas acerca das figurações que envolvem territorialidades negras e/ou não-brancas. Pensando a leitura dessas formações urbanas, retomo a noção de *quilombo* e a perspectiva de *transmutação* aos dias de hoje (CAMPOS, 2005). Ao considerar dispositivos e

² O texto foi originalmente publicado na coletânea "Cidade: História e Desafios", organizado por Lúcia Lippi Oliveira a partir de um seminário realizado em 2001 na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Anos depois, o capítulo é selecionado para compor a obra "Fazendo a cidade", uma organização de textos do autor em celebração às suas cinco décadas de pesquisa urbana.

estratégias que atualizam esse passado, busco articular temas e problemas dispersos sobre tempos e espaços dissociados nos enquadramentos analíticos. Por meio desse esforço, busco inspirar discussões e valorizar, em âmbito teórico, as leituras que exploram dimensões imbricadas à raça e à produção do espaço urbano na América Latina.

Ao destacar tais aspectos nas configurações urbanas da região, o debate aqui se aproxima da perspectiva do *urbanismo subalterno* proposta por Ananya Roy. Mais que uma abordagem alternativa, a autora ambiciona uma "intervenção nas epistemologias e metodologias dos estudos urbanos" (ROY, 2017, p. 7). Contrariamente às interpretações sobre as cidades do Sul Global por meio de "arcabouços reconhecíveis", a autora critica a "mundialização do Terceiro Mundo" pela ênfase analítica a metonímias urbanas como *slum* e favela³.

Questões suscitadas pela pesquisadora têm provocado reflexões profícuas acerca do tema. Em artigo recente, Bianca Freire-Medeiros e Leo Name (2019) recorrem à *epistemologia da laje* a fim de prospectar os rendimentos analíticos dessa espacialidade, em um exercício de imaginação sociológica contraposto diretamente às concepções simplistas, e usualmente classistas, que marcam as discussões a respeito dessa forma urbana. Ainda que centrais à experiência do habitar e circular nas favelas, as lajes ocupam pouquíssimo ou nenhum lugar nas ações e discussões mobilizadas por profissionais de arquitetura e urbanismo, tornando explícito o peso hegemônico de uma concepção particular a respeito dos espaços. Comentam no artigo: "(...) ao terem sido tomadas como universais, formas e tipologias euro-americanas tornaram-se móveis – porque exportáveis – e difundiram-se particularmente nas cidades latino-americanas, subalternizando as especificidades de cada lugar" (op. cit., p. 164).

Desde a formação das humanidades no século XIX até poucas décadas atrás, referenciais analíticos induziram a uma sistemática "naturalização das relações sociais" a partir da perspectiva eurocentrada (LANDER, 2005, p. 8), ao passo que as dinâmicas sociais, políticas e culturais desses contextos foram interpretadas como tendências móveis e exportáveis de lá – do Norte – para cá.

³ "Cidades faveladas" é, inclusive, o título da tradução de João Tonucci para "*Slumdog Cities*", seis anos depois da publicação da versão original.

Nas últimas décadas, entretanto, em diferentes campos de conhecimento a universalidade e a exportabilidade do padrão eurocêntrico têm sido questionadas como "cegueira epistêmica" (op. cit., p. 166). Na condição de novo movimento teórico, como formulou Jeffrey Alexander (1987), ou sintoma de uma iminente revolução, na sugestão de Raewyn Connell (2012), diferentes contribuições teóricas têm sido críticas ao desprezo que elementos espaciais, temporais, corporais, performáticos, afetivos e de outros níveis têm encontrado na *teoria social*. Tais questões têm sido tratadas sob diferentes enfoques e correntes, conhecidas como estudos e teorias feministas, anticoloniais, *queer*, pós-coloniais, subalternos, entre outros. Sob o prisma crítico da colonialidade, aproximo esta reflexão da perspectiva decolonial a fim de operar com mais cuidado esse lado pouco explorado da modernidade. Por meio desse enquadramento teórico-analítico, a modernidade-colonialidade é enquadrada de modo indistinto, desempenhando desde o século XV um sistema de classificação global que cria e renova identidades por meio da categoria raça.

Sob a perspectiva decolonial, a raça ocupa papel central na organização de representações e das práticas no curso do tempo, ainda que encontre sentidos variantes nesse percurso. Seus efeitos se dão sobre corpos e populações, transpassando escalas e se inscrevendo nas lógicas subjetivas de ação. Desse modo, revela um fio condutor importante dos processos sociais, trazendo à tona fronteiras estabelecidas, negociadas e impostas sobre grupos e formas de distribuição e circulação.

Portanto, mais que uma realidade em si, a cidade latino-americana tem sido representada através de olhares tomados de outro espaço geográfico, sustentados em uma localização epistemológica particular (MIGNOLO, 2010). Por décadas, conhecimentos pretensamente universais pavimentaram perspectivas e categorias de análises acionadas nas ciências humanas e, por conseguinte, nos estudos sobre essas cidades. Desse modo, é importante levar em conta que as análises sociológicas contribuíram para essa representação unívoca, em especial a partir da segunda metade do século XX por meio do debate acerca do desenvolvimento e da modernidade na região. Gorelik (2005) analisa as dinâmicas de produção da "cidade latino-americana" enquanto construção cultural, apontando para uma visão persistente desses espaços enquanto símbolos do *subdesenvolvimento*. Ainda que essas leituras científicas tenham tido efeitos e alcances nas representações sociais, o autor indica

um movimento oscilante entre abordagens técnicas e críticas: se por um lado o caráter "problemático" era evocado em análises preocupadas com o crescimento e o planejamento urbano, por outro um conjunto de investigações fazia recusa às generalizações elaboradas sobre tal diversidade.

Apesar da tensão entre essas formas representacionais, a construção cultural da "cidade latino-americana" se fez resultado de preocupações teóricas e políticas acumuladas no Norte Global até os anos 1970, expressas nos termos de uma "modernização" da América Latina. Crescimento industrial, das cidades e suas consequências são compreendidas no período enquanto "problemas" da ordem mundial, quando a região servia de laboratório privilegiado. Como argumenta Gorelik (2005, p. 118),

É nesse momento que a cidade pode aparecer como máquina de tração de pautas modernas de vida em regiões que prescindiam delas (os famosos "pólos de desenvolvimento") e a América Latina como uma região privilegiada para a mudança, campo de provas na medida da hipótese modernizadora: porque, diferente de outras regiões do Terceiro Mundo, se tratava de um continente incorporado *ab initio* à modernidade ocidental, e porque nessa incorporação originária a cidade, possivelmente pela primeira vez na história humana nessa escala, cumpre o papel de ponta de lança em um território hostil.

Ainda que "incorporado *ab initio* à modernidade ocidental", o continente latino-americano é herdeiro de uma localização epistemológica estrangeira, sob importação de enquadramentos analíticos. A modernidade que a região vivencia nessas décadas e na atualidade, portanto, não se distingue nem tampouco dissocia da experiência colonial, em vez disso, tais processos se complementam. Seguindo Maldonado-Torres (2019), vale repensar esses termos sob a orientação da perspectiva decolonial, deslocando o modo como usualmente o tomamos: em vez "(...) de modernidade simplesmente, como oposto ao pré-moderno ou não moderno, para modernidade/colonialidade, como oposto ao que está além da modernidade." (s/d). Repensar categorias a fim de alçar novas questões teóricas, acenando ao que estaria para "além" de tais possibilidades.

Enquanto epistemologia, a "modernidade" vai além das questões urbano-industriais do século XIX e se radica em teorias políticas elaboradas nos séculos XVII e XVIII, em especial por meio das discussões em torno da democracia e da cidadania moderna. Os sistemas de distribuição de poder e a oferta de serviços públicos pelo Estado, o caráter de

legitimidade para exercício do governo, o *status* de cidadão e as garantias de direitos e deveres eram alguns dos problemas políticos em questão, apropriados de maneira pouco crítica por pensadores e pesquisadores no curso dos anos e que solidificaram uma perspectiva doutrinária e dogmática acerca das realidades sociais.

Nesse caminho, olhares científicos sobre as cidades latino-americanas têm buscado respostas para os desvios da rota tracejados em relação à experiência europeia. Perguntas em torno das condições de "bem-estar" para a condução das ações estatais e pesquisas voltadas à promoção da "participação social" no "planejamento urbano", por exemplo, costumam reproduzir conceitos e referenciais sociais do contexto eurocentrado, a despeito de serem estranhos às realidades locais. Consequências dessas escolhas são as acepções de que a América Latina dispõe de "democracias incompletas" e cidades e cidadanias de tipo específico. Em vez de "desvios" e "problemas", seria o caso de deformação sobre as maneiras de saber e representar⁴ tal realidade.

* * *

Machado da Silva inicia seu texto afirmando estar ciente das armadilhas que a teoria produz às análises empíricas e, por esse motivo, decide apresentar de antemão o que entende ser seu ponto de vista. Tematizando as favelas cariocas a partir do debate dos "movimentos sociais urbanos" (ver última nota de página), o autor contrapõe um conjunto de experiências a essa perspectiva de análise para uma interpretação das condutas de agentes públicos e moradores. Ainda que sensível aos perigos de simplificação teórica, o trabalho científico pode acabar reforçando questões trazidas pelo arcabouço analítico. Pondera Machado da Silva (2016, p. 161):

Apesar de toda a diversidade e das profundas divergências teórico-ideológicas sobre o que é um movimento social, creio ser possível afirmar que o uso desta noção sempre se enquadra em perspectivas sintéticas e totalizadoras, interessadas em

⁴ Um exemplo dos desarranjos entre teoria e empiria nos estudos urbanos latino-americanos é a história da apreensão do conceito de "movimentos sociais urbanos", surgido no contexto europeu dos anos 1960 a fim de tratar grupos reivindicativos com pautas "identitárias", sendo ressignificado no Brasil a fim de definir coletivos em luta por condições de sobrevivência, em especial nas periferias e favelas dos anos 1970 e 1980. Para isso, ver Doimo, 1994.

macrointerpretações do conflito social. Ou seja, mesmo quando a argumentação inicia abordando um aspecto da questão social - um problema urbano -, este acaba perdendo terreno para a força expansiva e unificadora do conceito de movimento social. Via de regra, o resultado, explícito ou não, é uma reafirmação da unidade do conflito social ou da luta de classes .

De modo ambivalente, a "força expansiva e unificadora do conceito" tornaria obtusos aspectos da realidade que se interessa em estudar e, por essa razão, "uma perspectiva mais analítica que evite desfazer a particularidade do tópico abordado" funcionaria como contrapeso (op. cit., p. 162). Buscando se equilibrar na linha tênue entre epistemologias importadas e uma investigação sensível às especificidades locais, Machado da Silva contrasta suas excelentes notas etnográficas a um quadro teórico estrangeiro, assentado em configurações "modernas" da política, e que tomam seus agentes e processos como parâmetros para as reflexões acerca da realidade.

Enquanto resultado dessa composição entre teoria e pesquisa, o autor conclui que as favelas "venceram" a disputa pela permanência na cidade, às custas da subjugação política ao restante da cidade. Sob variações, teria se consolidado desde ao menos o início do século XX um padrão de *controle negociado* na mediação entre agentes locais e a administração pública. O autor argumenta que "a 'vitória da favela' ocorreu à custa da constituição de uma categoria social subalterna cuja intervenção na cena pública, duramente conquistada, não mexeu no padrão básico de sociabilidade urbana" (op. cit., p. 163). Essa condição social e política, portanto, seria a própria "continuidade do 'problema da favela'" em sua sequência histórica, considerada a partir da origem desses espaços.

Em diálogo com Machado da Silva e seu entendimento "continuado" do "problema da favela", proponho a ampliação das possibilidades de análise dessa metonímia urbana. Levando em conta sua importância na produção da "cidade latino-americana" como construção cultural, sugiro que o fenômeno da favela, assim como das *villas*, comunas e conjuntos, se firmam também em relação a outras temporalidades e espacialidades, indo além dos enquadramentos teóricos destacados pela "modernidade". Tais espaços urbanos e seus sentidos simbólicos se conectam a outras chaves de continuidade, radicadas em enquadramentos alternativos a esse paradigma.

Vale lembrar que o texto de Machado da Silva é publicado em um momento de revisão sociológica da produção sobre o tema. Em 1998, Alba Zaluar e Marcos Alvito lançaram a coletânea “Um século de favela”, exaltando a permanência desses espaços na cidade e fazendo críticas às leituras que enfatizavam as "ausências" – este que seria um dos aspectos mais explícitos da representação da favela como "problema".

Já em 2005, no livro “A invenção da favela”, Licia Valladares aprofundou uma "sociologia da sociologia das favelas", confirmando o caráter construído dessa metonímia-*problema* da cidade. Para Valladares, uma mirada nos enquadramentos do "problema da favela" indica a constituição de fases distintas de representação, associada à questão da habitação e da higiene, aos problemas do trabalho informal e superexplorado e, mais recentemente, à crise da violência urbana. Ainda que sob variações consideráveis ao longo do tempo, a autora concorda com o argumento de Machado da Silva, substanciando a favela de um sentido sociológico que transcende a função descritiva do termo para figuração dos espaços urbanos.

Como aponta em seu livro, gestores estatais e cientistas têm tratado do tema sob o mesmo enquadramento, associando o fenômeno à sua representação: "a descoberta da favela foi logo seguida por sua designação como problema a ser resolvido" (VALLADARES, 2005, p. 42). A favela como problema da cidade seria o efeito de uma visão reproduzida por meio de *dogmas*, ou seja, pré-noções e juízos "compartilhados pela maior parte dos pesquisadores, não discutidos e, de alguma forma, constituindo a base implícita desse campo de campo" (op. cit., p. 149). O sentido da favela amplamente reconhecido e difundido por representações sociais é também o que sedimenta sua diferença em relação à cidade, em movimento distinto aos acionamentos da categoria "subúrbio carioca", mais fluidos quanto aos significados que mobiliza e as "alegorias" que figuram nos debates das ciências sociais mais recentes (GUIMARÃES & DAVIES, 2018)

No texto de Machado da Silva, a compreensão retrospectiva da favela como "problema" enfatiza as características gestionárias que operam sobre esses espaços, interpretando as táticas dos "movimentos sociais locais" por meio da importação de teorias da democracia moderna. Sem divergir do autor, mas buscando ir além desses enquadramentos e suas armadilhas de simplificação, quais outras continuidades se constituem na trajetória das

favelas? E como analisar tais continuidades por meio de abordagens que prolonguem as concepções de espaço e tempo do mundo moderno?

Importante considerar que os trabalhos de Zaluar e Alvito, Machado da Silva e Valladares recortam a história das favelas mais ou menos no mesmo período, corroborando para a narrativa do "mito de origem" da favela na ocupação do morro da Providência, região central da cidade, no período entre o fim da Guerra de Canudos, em 1897⁵, e as ações de "bota-abixo" dos cortiços, a partir de 1903⁶. Teria sido nesse momento que as "classes populares" subiram os morros e construíram seus barracos, ou mucambos, em substituição às formas coletivas de moradia extintas, como os cortiços.

Por meio dessa historiografia, a favela seria em si um produto das transformações urbanas provocadas pela nova ordem republicana, o que justificaria em certa medida as apreensões teóricas do fenômeno por sua dimensão política, ou seja, por meio das relações com as instituições e os representantes do Estado moderno. Tal interpretação, entretanto, tem sido questionada por revisões que colocam em xeque a ideia de que a favela surgiu nesse período. Afinal, se as cidades são fundadas e ocupadas ainda no contexto colonial, quais outras formas de vida e moradia se estabeleceram entre as "classes populares"? E como essas experiências se conectam no tempo e no espaço?

* * *

⁵ Ficou conhecida como Guerra de Canudosa, uma ação, por parte do Exército Brasileiro, de destruição de um arraial de 25 mil habitantes localizado no sertão da Bahia, formado e liderado por Antonio Conselheiro. Sob pressão das elites locais e da Igreja Católica, o governo federal enviou quatro expedições militares ao local entre 1896 e 1897, alcançado seu objetivo na última iniciativa. Ao todo, a campanha mobilizou mais de 12 mil soldados e levou à morte todos os moradores da localidade.

⁶ Cortiços são casas cujos cômodos são alugados para fins de moradia coletiva, em geral com compartilhamento de instalações sanitárias. Condição habitacional possível às populações pobres, os cortiços cresceram no Rio de Janeiro no final do século XIX, acompanhando o aumento populacional da cidade. Desde então, há disputas e interesses para a erradicação desse tipo construtivo, inclusive o maior e mais famoso cortiço da cidade, conhecido como "Cabeça de Porco", foi demolido em 1893. Mas é no início do século seguinte, sob administração municipal liderada pelo engenheiro Francisco Pereira Passos, que essas iniciativas são intensificadas. A despeito dessa perseguição, existem hoje mais de 150 cortiços no centro da cidade carioca, onde moram mais de 2500 pessoas, conforme pesquisa realizada entre 2016 e 2018. (Cf. SANTOS JUNIOR, 2019)

É inegável que a escravização de populações traficadas do continente africano durante quase quatro séculos produziu efeitos perenes à organização e representação das cidades brasileiras. Ao mesmo tempo, a extinção desse regime de trabalho em 1888 reconfigurou drasticamente as condições de integração das pessoas negras na sociedade: de *status* de mercadoria sob tutela senhorial, passavam a ser libertas sem direitos, postas à própria sorte ao mesmo tempo em que a política de imigração de brancos cristãos era empreendida a fim de ocupar postos de trabalho e frentes de colonização (SEYFERTH, 2002).

Estendendo mais a vista à história das nossas desigualdades, a longevidade da experiência da escravidão confronta os enquadramentos restritos às formas "republicanas", que contribuem para a naturalização dos parâmetros teóricos traduzidos em conceitos como *Estado, movimento social, democracia, cidadania e direito*. Atualizado sob diferentes possibilidades, o passado escravista impõe uma ordem de questões e problemas teórico-analíticos que tornam central as dimensões classificatórias com base racial às compreensões acerca das classes e territorialidades na América Latina. Orientando a localização epistemológica a esse espaço geográfico, é necessário aprofundar as "continuidades do 'problemas da favela'" em direção a esse período da História, levando em conta que o Rio de Janeiro foi central às rotas do Atlântico Negro como maior porto de entrada de populações escravizadas na América (SANTOS, 2020).

A sociedade colonial foi composta de casas-grandes, senzalas e outras formas socioespaciais, dentre elas os quilombos. Presentes em todo o território da América portuguesa ao longo dos séculos de escravidão, esses lugares foram abrigos aos que fugiam e constituíam nos sertões outras experiências de vida social. Segundo Carvalho (1996), comunidades formadas por populações negras escravizadas que resistiram ao trabalho forçado existiram sob distintos nomes na região: quilombolas ou mocambos no Brasil, marrons na Jamaica, Suriname e Sul dos Estados Unidos, *palenques* na Colômbia e no Equador. Os termos *maroon* e *marron* derivam do espanhol *cimarrón*, atribuído ao gado doméstico fugido da então ilha de Hispaniola (hoje Haiti e Santo Domingo). Mais tarde, foi utilizado para se referir a indígenas que escapavam e, depois, passou a assinalar apenas afrodescendentes, sendo *cimarrón* o sujeito fugido do sistema escravista que participava da

formação e dos resguardo dos *palenques*. A palavra *palenque* se refere à vala de madeira estacada feita para a defesa de um posto. Esse foi o termo utilizado pelos espanhóis para designarem as populações *cimarronas*, enquanto entre os portugueses a expressão *kilombo* foi trazida de Angola pelo contato com um dos grupos mais combativos ao empreendimento colonial, os *Imbangala*. Segundo Nascimento (2021, n.p.), “seriam *kilombo* os próprios indivíduos ao se incorporarem à sociedade *imbangala*”.

Ainda que radicados em matrizes étnicas e etimológicas distintas, quilombo e *palenque* revelam o sentido militar de suas configurações em território latino-americano, tomando de empréstimo as ideias de proteção e luta em um contexto de forte repressão a essas formas organizativas. A representação desses espaços e as formas de administrar tais experiências, em uma conjuntura marcada pelo domínio senhorial e escravocrata, sustentam uma compreensão dessas espacialidades como sistemas sociais alternativos, nos termos de Beatriz Nascimento e reconhecida por Clóvis Moura e Abdias Nascimento, na condição de expressão da resistência organizada sob esse cenário sociopolítico.

As mais de 2.600 comunidades quilombolas certificadas atualmente no Brasil atestam a história e a relevância do fenômeno ao levarmos em conta as dinâmicas de ocupação territorial e, por conseguinte, de formação das nossas cidades. Surgidas *pari passu* às atividades coloniais, os quilombos acompanharam os "ciclos econômicos" do açúcar, do ouro, do gado e do café, se dispersando sob ondas de interiorização em especial no século XIX. Também a partir desse período, a partir da intensificação da luta abolicionista, a experiência de Palmares inspira novos imaginários em torno dos quilombos. Segue Beatriz Nascimento (2021, s/d):

No século XIX, a proliferação de quilombos se faz em todo o território das capitâneas coloniais. A diferença básica entre estes e os do século XVIII está diretamente vinculada à impossibilidade de cada um em si representar um risco ao sistema. Nesse particular, tanto no século XVIII quanto no século XIX, a instituição procede como frinchas no sistema - muitas vezes convivendo com ele pacificamente - que ao serem vistas globalmente, ou seja, em todo o espaço territorial e em todo o tempo histórico, traduziam um instabilidade inerente ao sistema escravagista.

Sob formas combativas e conciliatórias, a história dos quilombos se constitui por meio de interações com o ordenamento colonial. Na aproximação entre quilombo e *palenque*,

sobressalto as similitudes dessas experiências na condição de resultados de processos análogos de luta. Assim como Nascimento enquadra o quilombo pela relação instável com as dinâmicas de colonização, Navarrete (2011) compreende que os *palenques* constituem uma “configuração histórica cultural específica” que lança mão de estratégias de sobrevivência sensíveis aos contextos espaço-temporais. As atividades econômicas desenvolvidas pelos *cimarrones* se relacionam com a composição étnica dos grupos e as possibilidades de produção no momento, considerando os vínculos com fazendas e estâncias para o intercâmbio de serviços por armas, vestuário, entre outros itens de necessidade. (MIRANDA; LORENZO, 2017).

A presença dessas espacialidades até os dias de hoje se faz um aspecto marcante da realidade latino-americana. Em alguns países, como Colômbia, Brasil e Equador, o acesso às terras tradicionais tem sido reconhecido em legislações aprovadas a partir dos anos 1980 e 1990, e ainda que afiançada, a efetiva garantia desses direitos segue como um desafio comum à região (ANDRADE; BELLINGER, 2009).

Em nível representacional, quilombos e *palenques* vão além das formas figuradas e reforçadas por historiografias oficiais, demandando outras formas de imaginação para além daquelas ensinadas nas escolas. A dispersão e a atualidade desses espaços denotam sua prevalência no curso do espaço e tempo, em desafio às análises que as subestimam como resíduos de um passado ultrapassado. Ao contrário disso, quilombos e *palenques* seguem orientando as formações espaciais de grupos racializados, uma vez que não foram extintas ou esvaziadas ao longo dos anos. Em vez disso, no curso das últimas décadas têm persistido nos *sertões*, ao passo que nas cidades foram *transmutadas* em metonímias como favelas, *villas*, conjuntos e comunas.

A continuidade do quilombo no espaço rural e urbano brasileiro é apontada como questão de pesquisa há décadas por pesquisadores negros como Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Andreilino Campos, entendendo que essa agenda ainda precisa ser mobilizada com mais atenção pelos estudos voltados às cidades latino-americanas⁷. Se a existência de quilombos

⁷ Com exceções, o tema tem sido tratado ao menos desde os anos 2000 por pesquisadoras e pesquisadores a partir de distintos campos de conhecimento, no caso brasileiro se destacando Silva, 2006; Oliveira, 2008; Cunha Junior, 2007, 2020a, 2020b; Garcia, 2009; Santos, 2012; Barone; Rios (orgs.), 2018.

no contexto rural tem sido de relativo conhecimento, nas cidades as conexões entre passado e presente não se tornam menos óbvias, ainda que sejam sistematicamente desprezadas pelos estudos históricos. Um rápido exame pelas nossas dinâmicas de formação urbana permite considerar que a presença de quilombos foi a origem de muitos bairros pobres, ocupados em maioria pelas populações negras. Na disposição geográfica comum a esses processos, favelas, subúrbios e periferias se fizeram espaços quilombolas, como imaginou no início do século XX o escritor negro Lima Barreto. Morador do bairro Todos os Santos, no Rio de Janeiro, Lima Barreto deu o nome de sua casa de “Vila Quilombo”, situando no espaço-tempo da República pós-abolição as continuidades que preservam e contrastam a experiência colonial às condições da vida na cidade no período. Em alguns textos publicados em jornais e revistas, o escrito contrasta seu “Quilombo” à Copacabana, ainda pouco ocupada em 1921, mas que contava de antemão com vultosos investimentos públicos em infraestrutura. Desigualdades produzidas, portanto, sob as bases de um passado recente, por meio da ação da administração pública no curso ordinário das políticas urbanas. Diz o autor:

Todo o dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico, pelos arredores da minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calçada há bem cinqüenta anos, a pedregulhos respeitáveis. Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e do asfalto com que a prefeitura Municipal está cobrindo os areais desertos de Copacabana (BARRETO, 1921).

A “Vila Quilombo”, de Lima Barreto, reflete as intercessões entre o recém-extinto sistema de trabalho escravo das populações negras e as dinâmicas demográficas de urbanização, orquestradas por agentes e instituições de um Estado caracterizado pela branquidade (PATTERNIANI, 2016). Apesar das permanências no quadro socio-racial, resultantes de uma modernização no mínimo conservadora (FERNANDES, 2005), no curso do século XIX e até início do século XX o termo quilombo foi ressignificado e aos poucos preterido pelas formulações e discussões sobre os espaços, em parte por conta do incremento de seu sentido simbólico na luta antiescravidão e em parte por meio da importação de teorias científicas para os estudos e as análises sobre as cidades.

Os novecentos foram anos de debate e intensa disputa a respeito do futuro das populações negras no Brasil, ocupando o quilombo aqui um espaço-símbolo. Se por um lado

foi tema de preocupação e foco do "medo negro" sentido pelas elites negras a partir das revoltas da primeira metade do século XIX na Bahia e no Maranhão, por outro lado o quilombo expressou a possibilidade de sobrevivência e resistência por meio da fuga e organização de um sistema social alternativo. Para Nascimento (2006, 2021), a história do Quilombo de Jabaquara, organizado por apoiadores da luta antiescravocrata, expressa "a passagem de instituição em si para símbolo de resistência", acumulando a condição de fenômeno empírico e aposta utópica.

O papel simbólico do quilombo tem sido explícito na formulação dos movimentos negros, ao menos no Brasil. De acordo com esses grupos reivindicativos, não se estabelece distinção ou contradição entre as dimensões vividas e representadas do quilombo, ou seja, a continuidade do fenômeno "em si" justificaria a sua função de "símbolo" na busca pela igualdade racial.

Por meio da recusa a pressupostos de neutralidade às análises, pesquisadores têm produzido reflexões que tomam a raça como elemento central de compreensão da vida social na atualidade. Dessa perspectiva, o quilombo segue discutido e analisado por esses autores, ao mesmo tempo em que a pretensa universalidade do conhecimento científico explica o silêncio, ou ao menos a pequena ênfase à relação entre os quilombos e a formação das nossas cidades. O predomínio de perspectivas que tratam a modernidade como pano de fundo dos processos sociais privilegia as formas industriais e burocráticas de organização do trabalho, por exemplo, dimensionando a variável classe como unidade primária de organização social.

Metonímias para as cidades latino-americanas, portanto, resultam não apenas de um processo acelerado de crescimento urbano e adensamento populacional, mas também de enquadramentos e abordagens escolhidas para analisar esses espaços e suas formas de organização. Sob o privilégio de questões de outro espaço geográfico, as cidades da nossa região foram interpretadas como nichos de interação e disputa entre classes sociais, ao passo que favelas, *villas e comunas* eram "descobertas" e tratadas enquanto "problemas urbanos", signos de uma mudança social orquestrada pelo desenvolvimento econômico e dinamizada por cisões e conflitos expressos no tecido urbano. Mais que lugares de uma geografia própria, tais categorias constituem um repertório cultural marcado por experiências sociais

fragmentadas, caracterizadas por divisões simbólicas reforçadas na produção dos espaços urbanos.

Ao se orientar por lentes importadas de outro espaço geográfico, contribuições científicas sobre o tema lograram compreender determinados aspectos das cidades latino-americanas, sem, contudo, lançarem esforços às continuidades em relação à organização social colonial. Desse modo, herdamos perspectivas teóricas e referenciais analíticos que optaram por ignorar a história do escravismo subjacente a essas metonímias urbanas. A raça negra foi interpretada por muito tempo como mero atributo descritivo das populações faveladas, caracterizadas em privilégio pelas condições de trabalho precarizado quanto às formas de produção e reprodução (PERLMAN, 1977, KOWARICK, 1979).

A abordagem marxista dos estudos urbanos latino-americanos contribuiu com o acúmulo de leituras eurocêntricas sobre as nossas cidades, por efeito ampliando a falta de debate acerca das questões particulares da nossa região. A falta de imaginação sociológica foi tanta, nesse caso, que a superexploração do trabalho na América Latina, assim como em todo o Sul Global, não foi contrastada em relação aos séculos de escravidão, ainda que distantes apenas algumas décadas desses trabalhos. Por um longo tempo, tal conexão explicativa, ainda que bastante plausível do ponto de vista lógico, não foi sequer estabelecida e considerada por autores preocupados com nossas dinâmicas de modernização, apegados a paradigmas sustentados pela experiência histórica de outras sociedades nacionais.

A ideia de *transmutação* do quilombo em favela, formulada pelo geógrafo Andreilino de Campos (2005), é uma importante contribuição de ruptura à colonialidade epistemológica nos estudos sobre as cidades latino-americanas. Ao recuperar aspectos dessa história a partir do Rio de Janeiro, nosso pesquisador denota um movimento de reconfiguração dos territórios quilombolas a partir do fim do regime escravo e o advento da República. O novo sistema político substituiu a administração governamental do Império, ao mesmo tempo em que as desigualdades sociais permanecem por meio de mecanismos institucionais como a Lei de Terras de 1850, que garantiu a formação de um mercado fundiário sem qualquer distribuição ou acesso às populações negras e indígenas. Como resultado, a transição entre autocracia e democracia, ou império e república, não extinguiu nem sequer reduziu a importância do quilombo enquanto fenômeno social. A liberdade civil conquistada pelas populações negras

no final do século XIX não modificou as condições gerais de organização da moradia, e pela fragilidade que caracterizam em vista da falta de propriedade, os quilombos e bairros negros seguiram sensíveis às investidas e ataques daqueles responsáveis pelo ordenamento público. Isso quer dizer que suas rotinas, tal como no período colonial, ainda implicam dinâmicas de desterritorialização que produzem novos modos de agrupamento por meio de relações de solidariedade que, em grande parte, se formam a partir de uma identificação racial comum.

A pesquisa de Oliveira (2008) em torno das periferias negras de São Paulo indica que os processos de expulsão dos centros urbanos se ligam à história de formação dos bairros mais afastados.

Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as “reformas urbanísticas” e os “planos de embelezamento”, desterritorializaram antigos territórios negros nos espaços da cidade. Em São Paulo, os bairros da Sé, Sul da Sé, Lavapés e Liberdade, paulatinamente, através de ações do legislativo e dos poderes econômicos e políticos, foram desterritorializando os núcleos negros. O Bexiga, em razão do quilombo semi-rural e do plano urbanístico do governo municipal, reterritorializou a população que foi excluída do centro (op. cit., p. 59-60).

A territorialidade negra nessas cidades, portanto, tem se configurado por meio de dinâmicas de segregação urbana que, sob a retórica do *embelezamento*, desterritorializam essas populações a fim de que usos mais lucrativos se estabeleçam sobre os espaços. De acordo com Oliveira, a história de formação da periferia negra paulistana estabelece outra continuidade em relação à experiência colonial, a saber, com a própria diáspora africana enquanto experiência de deslocamento e formação de novas comunidades. Em diálogo com autores como Muniz Sodré, Stuart Hall e Paul Gilroy, o pesquisador nos lembra que "a diáspora é o resultado de um movimento que produz a desterritorialização, em consequência, o encontro das sementes, da cultura e das diferenças, liga os atores a reterritorialização" (Oliveira, 2008, p. 75). Ou seja, sob enquadramento espaço-temporal distinto, a presença negra repercute um movimento perverso e continuado de deslocamento territorial desses grupos, realizado de forma violenta tal ontem como hoje, sob a iniciativa da organização social em curso.

* * *

Nesse sentido, a terra segue sendo elemento organizador da desigualdade racial urbana na América Latina. O privilégio branco no acesso a essa mercadoria tem perpetuado hierarquias construídas sob o vigor do sistema de trabalho escravo, ainda que escamoteadas pelo advento de um sistema econômico livre. Como observa Campos (op. cit., p. 42), uma vez que “o acesso à terra foi legalmente vedado a um determinado segmento social, a questão fundiária sempre foi tratada como uma questão policial”. Isso quer dizer que a regulação dos espaços sociais, sob a medida das leis e da força física, tem sobreposto os princípios da economia liberal à lógica racializada da experiência colonial, garantindo a configuração de uma ordem social competitiva da qual o segmento branco da população participa quase com exclusividade. Aos demais grupos raciais, segue em operação um modo de gestão de tipo repressivo, conhecido e continuado desde as origens da formação social brasileira.

Ao explorar as continuidades sob esse espectro, Pacheco de Oliveira faz importante contribuição no reconhecimento das continuidades entre a retórica de contenção da violência urbana a partir das favelas cariocas e as práticas de gestão realizadas sobre populações indígenas. Para o autor, a “pacificação” representa uma modalidade de ação política sobre territórios e populações, constituída para o controle e a “civilização” das sociedades autóctones do Brasil e exercida por meio da combinação de tutela e violência física⁸. Mais recentemente, essa lógica e esse termo foram apropriados ao espaço urbano, atingindo segmentos específicos da população representados como “problema social”. Nesse enquadramento discursivo, a “guerra às drogas” e à “criminalidade” têm justificado a “pacificação” de grupos e territórios negros imaginados como “perigosos” e “ingovernáveis”.

Levando em conta o contexto de formação das cidades latino-americanas, pesquisas têm explorado continuidades frente à experiência colonial a partir de algumas entradas, destacando em especial os aspectos governamentais que marcam essa história. Não apenas em relação às dinâmicas de segregação e periferização urbanas, ou à atualização dos mecanismos de “pacificação” desses segmentos, mas toda a sorte de aparatos repressivos tem sido considerada sob o pano de fundo das nossas desigualdades raciais.

⁸ “Estabelecer a tutela sobre os “índios” era exercer uma função de mediação intercultural e política, disciplinadora e necessária para a convivência entre os dois lados, pacificando a região como um todo, regularizando minimamente o mercado de terras e criando condições para o chamado desenvolvimento econômico” (Pacheco de Oliveira 1998, p. 52).

Usos e sentidos da polícia, por exemplo, têm sido tratados à luz do sistema escravocrata e da repressão cruel imposta sobre os grupos escravizados, suscitando debates em torno das condições de abordagem policial e das filtragens raciais que ainda se colocam em curso. Manifestações sociais como o *Black Lives Matter* têm suscitado esse debate em escala internacional, estabelecendo conexões entre realidades sociais e fomentando pautas reivindicativas como a desmilitarização e o desfinanciamento das polícias.

Continuidades possíveis entre o passado colonial e as rotinas das cidades na América Latina, entretanto, ultrapassam as dimensões do poder e dos arranjos de controle sobre populações racializadas. O "encontro das sementes" é também marca das diásporas que foram e seguem acontecendo, uma outra face do *lado obscuro da modernidade* que merece ser vista mais de perto. Afinal, os vínculos associativos integram as dinâmicas de conflito, dando formas a arranjos solidários que se estabelecem entre indivíduos e grupos que vivenciam situações análogas.

Em pesquisa voltada aos bairros do subúrbio ferroviário carioca, Andreilino Campos (2018) estabelece um diálogo com os estudos do historiador Flávio Gomes dos Santos a respeito do recôncavo fluminense do século XIX. Em ambos os casos, a intensa presença da população negra se faz marca das formas de ocupação, levando a resultados próprios na composição de redes de compadrio. Ressalta-se, então, "(...) que ao longo do processo de transmutação do quilombo e remanescentes de quilombo em favela e as espacialidades negras, *a aplicação dos campos negros seja representada pelos contínuos espaciais no espaço urbano carioca*" (op. cit., p. 108, grifos meus).

Para além dos contínuos espaciais enquanto campos negros, outros temas e problemas têm sido explorados em análises atentas à dimensão positiva da experiência racial e urbana. Em artigo escrito com outros pesquisadores a partir da história de um bairro negro de Fortaleza, desenvolvemos a ideia de mutirão como mecanismo histórico de autodefesa e resistência das populações racializadas (BARBOSA; DAVIES; MARCONDES, no prelo). A própria palavra mutirão, assim como quilombo, caracteriza uma forma de produção do espaço que remete a um léxico distinto ao da língua do colonizador. Mutirão, por exemplo, é um termo tupi utilizado em referência ao "trabalho em comum", acionado a fim de dar nomes a situações de ajuda mútua prestadas de forma gratuita. Não existe essa categoria na língua

portuguesa, assim como quilombo, provido da língua bantu, que quer dizer povoado, mas também fortaleza.

Em cidades onde corpos racializados são representados em oposto à ideia de humanidade, bairros negros e quilombos urbanos têm desempenhado um papel histórico de proteção e resistência para esses grupos. Produções culturais recentes têm explorado continuidades sob essa perspectiva, ao que se destaca o filme "Medida Provisória", dirigido por Lázaro Ramos e lançado em 2022. Inspirado na peça teatral "Namíbia, Não", escrita em 2011 por Aldri Anuniação, o filme conta a história de um futuro distópico no Brasil onde um governo autoritário promove a deportação de toda a população negra para o continente africano a fim de solucionar os "problemas raciais". Acionando a experiência da diáspora na atualidade, a trama nos apresenta a ideia de retorno ao tráfico negreiro (em sentido inverso e agora por ar!) e a retomada dos quilombos enquanto estratégia principal de proteção desses grupos, realizada nos interstícios das cidades.

Sob diferentes possibilidades, as discussões em torno dos espaços urbanos latino-americanos têm sido cada vez mais imaginadas em relação à sua história colonial, e é esta perspectiva de análise que se buscou explorar a partir de uma revisão da literatura sobre o tema. Identificando conexões entre enquadramentos espaço-temporais pouco explorados, o objetivo deste ensaio foi estimular outras possibilidades analíticas diante de uma agenda de pesquisa em aberto, soterrada por camadas de silêncio que nos convidam a uma exploração arqueológica sobre as nossas cidades.

Bibliografia

ALEXANDER, Jeffery. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 4, 1987.

ANDRADE, Lúcia M; BELLINGER, Carolina K. Quilombos latinoamericanos. *Agência de Informação Frei Tito para a América Latina* (10/11/2009). Disponível: <<https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2018/09/QuilombosLatinoamericanos.pdf>> .

Acesso: 01 ago. 2022.

BARBOSA, Ana Larisse; DAVIES, Frank; MARCONDES, Guilherme. Bairro negro, quilombo urbano: reflexões sobre a formação das cidades a partir do Conjunto Jardim União, Fortaleza. *Revista Ponto Urbe*, no prelo.

BARONE, Ana; RIOS, Flavia (orgs.). *Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2018.

BARRETO, Lima. O prefeito e o povo (15/02/1921). Disponível em: <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/15145/o-prefeito-e-o-povo>> Acesso: 01 ago. 2022.

CAMPOS, Andreilino O. *Do quilombo à Favela: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. A produção da cidade em "tons" de preto: do assentamento dos trilhos ferroviários à permanência dos campos negros na produção do subúrbio carioca (2000-2010). In: BARONE, A.; RIOS, F. (orgs.). *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2018.

CARVALHO, José Jorge. A Experiência Histórica dos Quilombos nas Américas e no Brasil. In: *O Quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições e lutas*. Salvador, EDUFBA, 1996.

CUNHA JUNIOR, Henrique. História e Memória de Bairros de Maioria Afrodescendentes. In: VASCONCELOS, C. et al (org.). *Interfaces Metodológicas na História da Educação*. Fortaleza: Edições da UFC, 2007, v. 1, p. 77-89.

_____. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil. *Revista Crítica e Sociedade*, v. 10, n. 1, 2020a.

_____. *Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros*. Editora Appris, 2020b.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 09-20, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001>>. Acesso: 01 ago. 2022.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70*. RJ: Relume-Dumará, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Leo. Epistemologia da laje. *Tempo Social*, v. 31, n. 1, 2019, pp. 153-172. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>>. Acesso: 01 mai. 2020.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais*: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

GORELIK, Adrián. A produção da 'cidade latino-americana'. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, n. 17, v.1, 2005, p. 111-133.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio; DAVIES, Frank Andrew. Alegorias e deslocamentos da categoria subúrbio carioca nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). *Revista Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.08, n. 02, p. 457–482, 2018.

KOWARICK, Lucio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “A continuidade do ‘problema da favela’” In: MACHADO DA SILVA, L. (org.) *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: J. BERNARDINO-COSTA; N. MALDONADO-TORRES; R. GROSFOGUEL (orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-54.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. *GEOgraphia*, v. 7, n. 13, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2005.v7i13.a13499>> Acesso: 01 mai. 2020.

MIRANDA, Shirley A; LORENZO, Suzy R. Quilombos e palenques: aproximações entre educação e tradução intercultural. *Anais da 38ª Reunião da ANPED*, 2017. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT21_1004.pdf> Acesso: 01 mai. 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: RATTTS, Alex; NASCIMENTO, Beatriz. *Eu Sou Atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

_____. *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. RATTTS Alex (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAVARRETE, María Cristina. Los cimarrones de la provincia de Cartagena de Indias en el siglo XVII: Relaciones, diferencias y políticas de las autoridades. *RITA*, n. 5, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revue-rita.com/dossier-thema-61/los-cimarrones-de-la-provincia-de-cartagena-de-indias-en-el-siglo-xvii-relaciones-diferencias-y-politicas-de-las-autoridades.html>> Acesso: 01 ago. 2022.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, n., 20, v.1, 2016, p. 125-161.

PATTERNIANI, Stella Zagatto. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/319109/2016>>. Acesso: 17 mar. 2021.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. @*Metropolis*: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, n. 3, 2017, p. 1-16. Disponível em: (http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/233/original/emetropolis31_capa.pdf?1513866648).> Acesso: 01 mai. 2020.

SANTOS, Renato Emerson (org.) *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, RJ:DP; Brasília: ABPN, 2012.

SANTOS, Inaê Lopes dos. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas no Rio de Janeiro entre 1715 e 1815. *Almanak*, n. 24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332020000100305&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acessado em: 01 set 2020.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Os cortiços da área central do Rio de Janeiro: invisibilidade, heterogeneidade e vulnerabilidade. *Relatório Final de Pesquisa Prata Preta - Projeto Morar, Trabalhar e Viver no Centro*, jul. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/07/Relat%C3%B3rio-final-Corti%C3%A7os_-_jul-2019.pdf>. Acesso: 01 mai. 2020.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, 2002, p. 117-149. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149>>. Acesso: 01 mai. 2020.

SILVA, Maria Nilza. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana racial na cidade de São Paulo*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006.

VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2005.